

JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017.

PROCESSO: 2018019341  
RECORRENTE: RODRIGO DE SOUZA CRUZ  
RECORRIDO: SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES DA  
BAHIA- SIT  
AUTO DE INFRAÇÃO: P000606009

JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infração.

ACÓRDÃO JARI Nº

EMENTA: Inobservância do recorrente quanto ao que determina o Art. 4º, inciso IV da Resolução 299/08 CONTRAN. Recurso não conhecido.

#### Relatório

Trata-se o presente, de Recurso interposto com fundamento no Art. 15 da Resolução 619/16 do CONTRAN, em oposição à lavratura de auto de infração acima identificado. Ocorre que o recorrente não observou o quanto determinado pelo Art. 4º, inciso IV, da Resolução 299/08 – CONTRAN, já que O pedido é incompatível com a razão fática, eis que as alegações autorais não são meios passíveis de anular o AIT.

É o relatório.

#### Voto

Não se encontra superada a questão de Ordem Processual, no que pertine ao quanto exigido pelo inciso IV, art. 4º da Resolução 299/08 do CONTRAN. Vejamos:

**Art. 4º A defesa ou recurso não será conhecido quando:**

(...)

IV - não houver o pedido, ou este for incompatível com a situação fática;

Percebe-se que toda a fundamentação das razões recursais destoam do possibilidade dos pedidos formulados, já que a causa de pedir do recurso cinge-se exclusivamente no intento com a manutenção de direito de dirigir, sendo que tal penalidade não é de competência do órgão atuador aqui provocado e nem a penalidade decorre do AIT vergastado, vez que tal procedimento administrativo é de competência exclusiva da JARI do DETRAN/BA, ÓRGÃO ESTADUAL DE TRÂNSITO.

Desta forma e por este motivo, VOTO no sentido de **NÃO CONHECER** do recurso interposto, **pelas razões ora expostas, julgando VÁLIDO o Registro do Auto de Infração nº. P000606009, mantendo sua exigibilidade**, lavrado contra **RODRIGO DE SOUZA CRUZ**.

#### Resolução

ACORDAM os membros da Junta Administrativa de Recursos de Infração, por unanimidade, **NÃO CONHECER** do Recurso apresentado, mantendo a exigibilidade do Auto de Infração nº. **P000606009** pelas razões de direito aqui expostas.

Este Acórdão encontra-se, em arquivo neste órgão julgador e terá validade legal desde que acompanhado da Ata de Reunião do dia específico de julgamento devidamente chancelada pelos representantes legais, tudo quanto determinado pelo Art.25 incs. II, IV, VI, X, XI e Art.26 inc. VII do Regimento Interno homologado pelo Decreto nº. 17.825/17.

Sala das Sessões da JARI, 19 de janeiro de 2021.

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular / SEINFRA– Presidente

Fábio Reis Dantas - Membro suplente em exercício – SIT

Alba Valéria Alves Coelho – Membro Titular – DETRAN

José Anibal Cerqueira de Moura Fe – Membro Suplente em exercício – FETRABASE

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular / SEINFRA– Secretário interino da JARI